



COGNITIO

Revista de Filosofia
Centro de Estudos de Pragmatismo

São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-19, jan.-dez. 2025
e-ISSN: 2316-5278

 <https://doi.org/10.23925/2316-5278.2025v26i1:e68804>

A imaginação como categoria política: uma investigação a partir de *O Homem Despertado*, de Roberto Mangabeira Unger

Imagination as Political Category: an inquiry drawing from Roberto Mangabeira Unger's The Self Awakened

Carlos David Carneiro Bichara*
david.carneiro@camara.leg.br

Resumo: O conceito de imaginação não tem figurado como categoria de primeira importância para a teoria política enquanto categoria política, onde termos como “poder”, “liberdade”, “justiça” ou mesmo “direitos” costumam receber a maior parte dos nossos esforços e da nossa atenção. Uma exceção notável, embora longe de ser única é o peso atribuído pelo jurista e filósofo Roberto Mangabeira Unger ao conceito. Este artigo discute os usos da ideia de imaginação na obra de Unger, sobretudo em *O homem despertado*, obra em que o autor explora o pragmatismo “desacorrentado”, ressaltando as consequências dos usos da ideia de imaginação para a teorização acerca da política, bem como limites e possíveis críticas ao autor, como o voluntarismo de sua teoria e sua negligência das relações de poder estabelecidas na sociedade.

Palavras-chave: Imaginação. Imaginação Institucional. Política. Pragmatismo. Roberto Mangabeira Unger.

Abstract: *The concept of imagination has not figured as a primary category in political theory, where terms such as “power”, “freedom”, “justice”, and even “rights” usually receive most of our efforts and attention. A notable exception, though far from unique, is the importance attributed to this concept by the jurist and philosopher Roberto Mangabeira Unger. This article discusses the uses of the idea of imagination in Unger’s work, especially in *The Self Awakened*, book where the author explores his idea of “unbounded pragmatism”, highlighting the consequences of employing the idea of imagination for political theorizing, as well as the limits and possible criticisms of the author, such as the voluntarism of his theory and his negligence of the established power relations in society.*

Keywords: *Imagination. Institutional Imagination. Politics. Pragmatism. Roberto Mangabeira Unger.*

Recebido em: 22/10/2024.

Aprovado em: 10/01/2024.

Publicado em: 27/02/2025.

1 Introdução

Queiramos ou não, estamos como que condenados a imaginar soluções para os problemas nos quais estamos imersos. Para os maiores deles, não o fazemos solitariamente, contudo. Tratam-se de problemas políticos que, demandam soluções políticas, sociais e compartilhadas por definição. Surpreendentemente, a “imaginação”, a faculdade que nos permitiria encontrar as soluções para estes problemas, não tem figurado como categoria de primeira importância para a teoria política enquanto categoria política, onde termos como “poder”, “liberdade”, “justiça” ou mesmo “direitos” costumam receber a maior parte dos nossos esforços e da nossa atenção.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

* Centro de Formação,
Treinamento e Aperfeiçoamento
– Escola da Câmara.

Uma exceção notável, embora longe de ser única,^{1,2} pode ser encontrada na obra *O Homem Despertado: imaginação e esperança*, de Roberto Mangabeira Unger, que atribui ao conceito importância tamanha a ponto de deixá-lo figurar no subtítulo como um dos elos de seu próprio projeto filosófico, relacionando-o e, ao mesmo tempo, tornando-o, no desenrolar da obra, uma condição da esperança política. Mas qual seria significado disso?

No que se segue, procurarei reconstruir a ideia de imaginação enquanto categoria política em *O Homem Despertado*, de Roberto Mangabeira Unger, tendo como objetivo mais geral a própria articulação da ideia de imaginação enquanto categoria teórica da política e, com isso, da imaginação como ferramenta ou instrumento político prático.

Para atingir esse objetivo mais geral, procurarei, em primeiro lugar, reconstruir, ainda que de maneira muito breve e seletiva, o percurso argumentativo de Unger na obra assinalada, na medida em que ele nos ajude a compreender o lugar do conceito em questão em seu projeto. Em segundo lugar, procurarei destrinchar possíveis usos que o autor faz da ideia de imaginação e, finalmente e de modo mais importante, submeterei suas ideias de imaginação a críticas que nos permitam aferir as contribuições e limites dos usos que o autor emprega.³

É importante ressaltar que, ao investigar os usos que Unger faz da ideia de imaginação, a preocupação é menos analítica, no sentido mais formal do termo, do que dialógica, no sentido de estabelecer um diálogo, a partir dos usos do autor, sobre as possibilidades da habilitação da ideia de imaginação como uma categoria relevante para a política, inclusive não reduzindo o diálogo ao conceito em si, mas conduzindo-o a possíveis desdobramentos e temas adjacentes na obra que aqui se toma de ponto de partida e na própria obra do autor como um todo.

Aliás, toma-se aqui *O homem despertado* como ponto de partida, justamente pela centralidade e pela clareza que a ideia de imaginação ocupa nesta obra, bem como por funcionar, até o momento em que fora publicada pela primeira vez, em 2007, como uma súpula do pensamento filosófico do autor (Souza, 2010; Araújo, 2016).⁴ Sempre que necessário, no entanto, se fará recurso a escritos de Unger que auxiliem na compreensão e desdobramentos dos temas aqui discutidos.

É importante ressaltar, nesse sentido, ainda que aqui não se trate de uma digressão exaustiva ou uma “genealogia” da categoria na obra do autor, que o engajamento de Unger com a ideia de imaginação vem de longe. Desde o seu *Conhecimento e Política*, por exemplo, cuja a primeira edição é de 1975, o autor já explorava a ideia de imaginação, ainda de modo fragmentário, por vezes como a experiência de divisão entre o intelecto e algo como um “impulso” moral, que chamava de “imaginação moral” (Unger, 1984, p. 24), por vezes como a categoria que, na história das ideias do iluminismo e do romantismo, apontava,

1 Em seu próprio percurso acerca do conceito de imaginação, Avshalom Schwartz (2021) chama atenção para o interesse crescente de grandes teóricos sociais e políticos pela ideia de imaginação nas últimas décadas. Entre eles estariam Cornelius Castoriadis, Paul Ricoeur, Hannah Arendt e Charles Taylor. Apesar de reconhecer as controvérsias e a possível polissemia em torno da imaginação política, Schwartz acredita se estar falando, no final das contas, de um mesmo conceito em diferentes “momentos” ou “elementos”, quais sejam o constitutivo, o criativo ou crítico da ordem social. Para que nos interessa nesse momento, no entanto, mesmo este autor reconhece, no que diz respeito à filosofia, de maneira geral, que o interesse em relação à imaginação sempre foi um interesse de “segundo plano” em relação a categorias centrais, corroborando, em certo sentido, a afirmação com a qual iniciei este artigo.

2 Uma outra questão, naturalmente, é que muitos empreendimentos humanos na política, sobretudo aqueles que propugnavam mais ou menos por uma “recriação da ordem das coisas” podem ser vistos de alguma maneira como colocando a imaginação como metacategoria ou pano de fundo (cf. Almeida, 2018). No limite, especialmente para um espectro político mais conservador aqui caberia toda a chamada “modernidade”. Sem ignorar as diversas questões abertas por este tipo de perspectiva, nos limites do escopo deste trabalho é possível afirmar que a tematização expressa da imaginação enquanto categoria tem consequências manifestas, como, provavelmente, é o caso do apelo à inovação permanente, o que nem sempre é o caso dos empreendimentos que, para utilizar a linguagem de Unger, conclamam à imaginação para, logo depois, a “colocarem para dormir”, como é o caso das próprias formulações em torno do “constitucionalismo” ou do Estado “modernos”.

3 A centralidade conferida à ideia de imaginação, no escopo deste artigo, significará dentre outras coisas, é claro, passar ao largo de discussões de alta abstração e suma importância, inclusive política, como a questão da realidade do tempo, que atraíram a atenção de físicos como Lee Smolin (2007), ou mesmo a discussão de projetos programáticos mais aplicados, que, no final das contas, talvez sejam o ponto mais interessante do projeto ungeriano em *O homem despertado* e outras obras.

4 Após a publicação deste texto, é possível mencionar *A religião do futuro* (Unger, 2024), publicado pela primeira vez em 2014, e *O mundo e nós* (Unger, 2024b), publicado pela primeira vez em 2024, como obras que de alguma forma abordam também de maneira mais ou menos compreensiva as teses filosóficas do autor. Nenhuma delas, no entanto, atribui a mesma centralidade, salvo engano, à ideia de imaginação e aos desdobramentos em termos de pensamento programático político dessa ideia.

contra a fragmentação da experiência atribuída ao “liberalismo”, para uma faculdade totalizante da experiência no ser humano (Unger, 1984, p. 124).

Mais tarde, em seu *Necessidades Falsas*, publicado pela primeira vez em 1987, Unger irá se engajar em diversos contextos com a ideia de imaginação, aproximando-a, por exemplo, da ideia de imaginário ao falar do aspecto imaginativo dos contextos formadores⁵ das sociedades (Unger, 2004, p. 100), relacionando os debates de visões institucionais com modos de imaginar as próprias sociedades (Unger, 2004, p. 167), e mencionando a imaginação institucional, ainda que de passagem, no contexto da “capacidade negativa”⁶ do ser humano (Unger 2004, p. 296), isto é, a capacidade da mente de virar-se contra si mesma, testar seus próprios limites e transcendê-los.

Se, nestes últimos sentidos, a ideia de imaginação já estaria muito mais próxima dos usos de sua obra mais recente, como logo se verá, por meio dos recursos à “visão” ou mesmo à ideia de “programas institucionais”, essa aproximação fica ainda mais evidente em um prefácio de 2001 à mesma obra, na qual Unger definirá a imaginação como “a faculdade pela qual colocamos o real sob a luz do possível” (Unger, 2004, p. LII).

Esse caráter “prático” da imaginação enquanto faculdade também viria a ser ressaltado nas obras de Unger que lidam com as “ciências específicas”, como é o caso do direito, no qual a ideia de imaginação, pelo menos desde 1986, aparece em *O movimento de estudos críticos do direito* como imaginação programática (Unger, 2017, p. 104) e reimaginação de arranjos institucionais (Unger, 2017, p. 109), em um movimento que ficará ainda mais delineado em obras subsequentes sobre o mesmo tema (Unger, 2004b).⁷

Como assinalado, não se trata de uma digressão exaustiva e tampouco de uma “genealogia” da categoria na obra do autor. Também não se trata aqui de adiantar conclusões sobre um conceito que será explorado ao longo do texto. Esses exemplos, no entanto, apontam tanto para linhas de construção a serem eventualmente retomadas quanto para cotejos que podem ajudar no aprofundamento de um ou outro aspecto da obra do autor não aprofundada na obra que aqui se toma por referência. Com isso, não se ignora, por outro lado, eventuais mudanças no percurso de Unger, o que consiste no principal motivo para que aqui se parta de uma “súmula”.

Com essas considerações em mente e tendo em vista o percurso e os objetivos anteriormente assinalados, é hora de explorar a ideia de imaginação na obra Ungeriana. Acredito que essa questão, se bem colocada, pode gerar ganhos epistêmicos e práticos importantes para a visão e as possibilidades que atribuímos ao político.

2 O pragmatismo desacorrentado

De início, sobre o projeto de *O homem despertado*, é possível dizer que um de seus grandes pressupostos, bastante repetido ao longo do texto, é a ideia de infinitude do espírito humano. Nas palavras de Unger, haveria, uma “desproporção” entre o “espírito” e tudo o que o conteria ou diminuiria, desde o corpo até as próprias instituições sociais, o que no plano biográfico, é colocado pelo filósofo também em termos existenciais, vividos, por exemplo, no confronto da natureza pessoal com a realidade da coerção e a perspectiva da morte, ou, em suas próprias palavras, no “terror diante da indiferença e a vastidão da natureza ao redor do ser” (Unger, 2020, p. 38).

Mas essa infinitude também se expressaria na dimensão criativa do ser humano que sempre teria poderes de visão, invenção e conexão superiores àqueles dos contextos sociais nos quais está imerso.

5 Categoria que, na obra de Unger, fará frente à ideia de “estrutura”, como uma unidade de análise social mais maleável. Voltaremos a falar dos contextos formadores mais adiante.

6 Categoria que, na obra de Unger, remete a uma capacidade da mente de virar-se contra si mesma para negar e testar seus próprios pressupostos e transcendê-los. Também voltaremos a falar mais dessa categoria mais adiante.

7 Agradeço a Lucas Fucci Amato por algumas das referências sobre os usos da ideia de imaginação na obra de Unger. Não o comprometo, contudo, nas minhas próprias incursões e interpretações de alguns desses usos.

Haveria nesse sentido uma “sobra” (Teixeira, 2009, p. 14), uma transcendência que ao mesmo tempo apontaria para a grandeza e a miséria humanas, tendo em vista aquilo que, ao mesmo tempo, aprisiona o espírito.

Saliente-se que a ideia de “contexto”, em Unger, que em outros textos, como já assinalado, o autor chama de “contexto formador” (Unger, 2004), possui um peso superior ao uso da linguagem ordinária, referindo-se ao conjunto de condições sociais, culturais, econômicas, políticas e institucionais que moldam e influenciam a formação de indivíduos e sociedades.

Diante dessa visão, a filosofia, a poesia e a política, por exemplo, deveriam se prestar a responder à experiência do desejo de transcendência, que seria comum a todas as pessoas. Em uma linguagem que poderia ser alcunhada em diversas acepções, de “romântica”, Unger clama então por uma “profecia” que nos aponte para um caminho de libertação de nossos “grilhões” (Unger, 2020, p.38).

O “romantismo” de Unger, sem prejuízo de outras acepções, (cf. West, 1989, p. 215), aponta, aliás, justamente para uma noção mais precisa: a de que a personalidade (assim como o próprio vínculo social, como logo se verá), pode ser tomada como projeto inacabado, sujeita a reinvenções permanentes (Araújo, 2016, p. 25). A correspondência política à profecia buscada por Unger, no entanto, será buscada, ao menos instrumentalmente, em outra tradição de pensamento.

Isso porque, depois de dedicar os primeiros capítulos de *O homem despertado* a um diálogo com a tradição filosófica, bastante particular e afeito a seus propósitos, em um projeto que retoma um trabalho da década de 90 (1997), o autor identificará no pragmatismo norte-americano um ponto de partida para o projeto de fazer jus à infinitude do espírito agrilhoado. O subtítulo original da obra, aliás, *pragmatism unbound*, faz referência expressa não apenas à tradição pragmática quanto à ideia de revisar essa tradição, desacorrendo-a do que seriam os equívocos que limitam seu potencial.

Segundo Unger, o ponto fundamental é que o pragmatismo, naquilo que tem de positivo, favoreceria tanto o projeto de fortalecimento do indivíduo quanto o de aprofundamento da democracia, que para o filósofo, seria a contraparte social necessária, embora não suficiente, para quebrar as correntes que aprisionam o espírito humano de sua grandeza.

Após realizar uma leitura, bastante particular, de autores seminais da tradição pragmática, notadamente Charles Peirce, William James e John Dewey, Unger criticará nestes autores aquilo, que segundo ele, teria encolhido esta corrente de pensamento, como a distinção ostensiva entre as formulações sobre o entendimento e as práticas de transformação da realidade ou o que chama de desvios naturalistas, sobretudo em James e Dewey.⁸ No final das contas, todos esses autores teriam, segundo o filósofo brasileiro, legado temas importantes que teriam sido traídos ao serem anunciados, mas que poderiam ser retomados por um pragmatismo “desacorrendo”.

Não se pode dizer que, para Unger, eles permaneçam tendo exatamente o mesmo significado. Mas, desde o início da obra, o autor adverte que seus propósitos ao revisitar a tradição do pragmatismo são de fato instrumentais (Unger, 2020, p. 10). Ainda assim, definitivamente, tratam-se de temas popularizados por esta tradição.

O primeiro desses temas seria o tema da agência. Se na tradição pragmática a agência constitui a experiência paradigmática do ser humano no mundo (Araújo, 2016, p. 29), na apropriação de Unger, esse tema, como já visto, será abordado, fundamentalmente, como o tema do agente humano, moldado pelo contexto e pela tradição, lutando para transcender as amarras que o prendem (Unger, 2020, p. 49). Para Unger, a importância central deste tema enquanto tal residirá no fato de que o conhecimento do agente e suas criações é o mais íntimo e penetrante que podemos ter quando comparado ao da natureza fora de nós mesmos.

Intimamente relacionado a este, estaria o tema o da contingência. Segundo o autor, revisitando sua a tese existencial apontada anteriormente, o pragmatismo teria legado a ideia de que: 1) os cenários

8 Contra a leitura de John Dewey como um “conservador institucional”, como faz Unger, ver a crítica de Cornel West a Unger (1989).

mais amplos das nossas vidas estão simples e inexplicavelmente aí e 2) somos incapazes, no estudo de qualquer parte da natureza, de determinar, conclusiva e definitivamente, qual é a teoria certa. 3) Além disso, não podemos rigidamente dividir nossa experiência entre o pessoal e o coletivo, o transitório e o permanente. O tempo histórico se infiltra no tempo biográfico. 4) Por fim, dependemos muito da sorte e da graça na vida (Unger, 2020, p. 52-53). Deveríamos, no final das contas, aprender a lidar com a contingência, com as ferramentas que dispomos.

O terceiro tema seria o da futuridade. O caráter temporal da nossa existência é a consequência de nossa corporificação, o estigma de nossa finitude e a condição que dá sentido à transcendência. Nesse contexto, viver direcionado para o futuro seria uma maneira de viver no presente como um ser não totalmente determinado pelas condições presentes da existência. (Unger, 2020 p. 53). Nesse sentido, a futuridade, seria um tema central não apenas para se moldar a personalidade, mas também as próprias sociedades.

Por fim, o quarto e última tema seria o do experimentalismo. Para Unger, este tema seria uma combinação dos três temas anteriores acrescentando-lhe a ideia da concepção do novo e sua criação. Do ponto de vista social, este tema está relacionado, por exemplo, a arranjar a sociedade de modo que nos permita nos mover dentro do contexto social de modo a antecipar oportunidades ainda não percebidas ou não permitidas e, em um segundo plano, encurtar a própria distância entre transformar o contexto e se mover dentro dele. O resultado seria incorporar o impulso experimental como uma forma de vida que permita reconciliar engajamento e transcendência (Unger, 2020, p. 57) e, com isso, fazer justiça à infinitude advogada pelo filósofo como constitutiva do humano.

Um pragmatismo radicalizado seria assim, segundo Unger, uma a ideologia operacional do encurtamento da distância entre as atividades preservadora-de-contexto e transformadora-de-contexto (Unger, 2020, p. 73). Em uma frase lapidar, afirma, mais adiante que uma filosofia do futuro seria uma filosofia de como criamos futuros” (Unger, 2020, p. 75), estando aí a própria ideia de experimentalismo profundamente implicada.

É a partir desde último tema, que, como visto, Unger concebe como ponto culminante dos últimos três, não por acaso um tema “político”, que a imaginação emergirá a um primeiro plano em sua obra. Isso porque, como se vê, o tema do experimentalismo está intimamente relacionado à transformação das coisas do mundo e do próprio mundo no qual as coisas são transformadas.

3 O lugar da imaginação em *O homem despertado*

Como um “conceito”, a imaginação será delineada em *O homem despertado* pela primeira vez quando, após traçados os temas de um “pragmatismo desacorrentado”, passa a ser necessário lidar com os contextos de ação no qual o indivíduo imbuído deste projeto lida com os grilhões que ainda “permanecem aí”. Nesse processo, Unger dará especial atenção a questões relacionadas à nossa experiência do mundo. É justamente neste primeiro conjunto de questões que estará contida uma primeira apresentação da ideia de imaginação.

Em síntese, Unger levanta a questão de que certos fatos naturais nos colocariam diante de uma “antinomia da impessoalidade”. Isso porque, como já colocado, em primeiro lugar, pelo “tema da agência”, viveríamos experiências que sugerem razões para rejeitar a ideia de que o conhecimento mais confiável é sempre o conhecimento impessoal.

O primeiro desses fatos teria a ver com o caráter da mente como um dispositivo solucionador de problemas, construído, porém, na escala de um “organismo agonizante”. Nessa escala humana, o pensamento enfrentaria incessantemente a resistência imposta pela natureza que o cerca e que está incorporada nele. Ao mesmo tempo em que somos seres limitados, contudo, seríamos, segundo o autor, recompensados por movimentos bem-sucedidos que nos permitem seguir em frente em nossos empreendimentos e nos indicam estarmos em uma espécie de “caminho certo”. Somos capazes, portanto, de resolver problemas que surgem diante de nós, resistências que nos são impostas pelo nosso contexto.

Mas nossa mente não seria capaz de resolver problemas, segundo Unger, se não tivesse atributos para tanto. Ela deve ser capaz, em primeiro lugar, de representar uma situação como um todo; deve ser, nesse sentido, totalizadora. Esse impulso de totalização é o que faz a consciência ser o que ela é. E como cada representação totalizadora dessas é incompleta e contestável, a mente, enquanto consciência, deve se confrontar sempre com um conflito de representações: com ambiguidade, dúvida e escuridão (Unger, 2020, p. 84-85). Aqui resta um limite, uma contingência com a qual precisamos lidar.

Ao mesmo tempo, no entanto, um segundo atributo da mente, proposto no âmbito deste primeiro fato natural relacionado à antinomia da impessoalidade, teria justamente o condão de não se repetir, de criar e agir fora de padrões pré-ordenados. Unger parece ver esse atributo, como uma espécie de contraponto aos limites das nossas capacidades de representação.

O ponto é que é justamente a junção desses dois atributos, o da totalização e o da novidade, que conformará para Unger a faculdade da imaginação:

Para resolver problemas da maneira como os resolve, a mente deve também ser capaz de fazer movimentos que nunca fez antes, segundo regras que pode formular, se for o caso, somente depois de executá-los. Deve, em outras palavras, ser capaz de não se repetir. Esse impulso de surpresa, invenção e transcendência, quando combinado com o impulso totalizador, transforma a consciência no que chamamos de imaginação. Conta muito para que o poder da mente se dirija aos problemas da experiência orientada para ação (Unger, 2020, p. 85).

Como se vê, desde a sua própria definição, enquanto a junção de um impulso de invenção e totalização, a imaginação aparece como faculdade associada a uma atividade prática, dirigida aos problemas da experiência orientada para ação. Na discussão que Unger quer empreender sobre a não precedência do conhecimento impessoal em certas circunstâncias, o ponto parece ser o de que a riqueza de insight e valor presente nessa faculdade não é adequadamente hierarquizada pela tradição filosófica do que o autor alcunha de “ocidente moderno” (Unger, 2020, p. 83). Para os nossos propósitos, no entanto, basta consignar o registro, do que seria a imaginação, nessa primeira apresentação.

Se, nesse primeiro registro, Unger não parece se distanciar tanto de outras definições presentes na história da filosofia, os passos seguintes apontam para um lugar, ao menos, “peculiar” do filósofo nessa tradição. Isso porque, segundo Unger, a imaginação também deve funcionar como uma espécie de método do entendimento: propõe que “para entender algo, precisamos imaginá-lo não só ausente, mas também transformado”.

Segundo o filósofo brasileiro, formular uma visão de como um fenômeno se comportaria, ou o que ele se tornaria, sob várias condições – é isso o que significa o entendimento dele. A este expediente, chama de “conjectura causal contrafactual” considerando-a indispensável para o aprofundamento do insight do mundo (Unger, 2020, p. 118).

Unger reconhece, é verdade, os limites desse tipo de recurso, já que segundo suas próprias convicções filosóficas, as mudanças em um determinado fenômeno podem resultar numa mudança de como as coisas influenciam umas às outras. Em outras palavras: as mudanças geram mudanças nas próprias leis que regem as mudanças. Haveria, portanto, um limite inexorável às nossas tentativas de explicação causal dos fenômenos, limites esses que, não obstante, não deveriam deter nossos projetos individuais e coletivos (Unger, 2020, p. 118-119).

O uso da imaginação enquanto faculdade, terá em Unger, no entanto, seu lugar primordial em uma terceira acepção, um uso prático, voltado para a política programaticamente orientada.⁹ Segundo o filósofo, a imaginação seria o “batedor da vontade”, aquilo que antecipa como poderíamos “chegar ao

9 Se é que se pode fazer uma distinção categórica, uma vez que, como visto, a própria concepção ungeriana de entendimento está relacionada à experimentação com o “objeto”.

destino – ou a diferentes destinos – a partir daqui”. (Unger, 2020, p. 153). De certa forma, é possível dizer que, em sua obra, a “imaginação” dirá respeito, sobretudo, à imaginação “institucional”.

A ela deveriam ser devotados os “poderes” práticos da humanidade. O primeiro deles seria o poder de infinidade recursiva, já que a mente, como dito anteriormente, teria o atributo de criar incessantemente. Mas, para Unger, esse poder chega a ser “infinito”, como apontariam, por exemplo os linguistas ao proporem, o conceito de infinidade discreta, segundo o qual somos capazes de produzir um número infinito de expressões gramaticais a partir de um conjunto finito de elementos e princípios linguísticos. Em segundo lugar, haveria o poder de iniciativa não formulaica, já que a mente faria coisas que não estão presas a regras pré-determinadas (Unger, 2020, p. 164-165).

Esses poderes sustentariam um poder que é ainda mais geral em seu escopo e mais abrangente em seu efeito: a “capacidade negativa”, mencionada no início deste artigo. Tal capacidade consistiria no poder da mente de virar-se contra si mesma, testando, negando, subvertendo, escapando e transformando as pressuposições sobre as quais ela operou e as rotinas a partir das quais opera. Podemos sempre pensar e descobrir mais do que podemos justificar, ou mesmo plenamente achar um sentido, e encontrar a justificação e os procedimentos que fazem sentido em retrospectiva” (Unger, 2020, p. 164).

A mente seria então uma combinação de dois aspectos – um, fragmentado e repetitivo; o outro, possuído dos poderes da infinidade recursiva, da iniciativa não formulaica e da capacidade negativa e, portanto, totalizante, transcendente e surpreendente” (Unger, 2020, p. 165).

Assim, aquele mesmo ser agonizante, cercado por contingências e limitado pelo seu contexto, seria ao mesmo tempo capaz, segundo Unger, de criar de maneira infinita, de modo não repetitivo e de se desafiar incessantemente. O passo seguinte será clamar por um tipo de sociedade que não apenas possibilite como faça justiça a essas qualidades inatas e coloque as qualidades totalizadora, surpreendente e transcendente da mente no centro da experiência social (Unger, 2020, p. 173).

Além disso, a questão seria justamente utilizar essas forças para construir esta sociedade a partir da reconstrução das instituições atuais. Unger dedicará então boa parte do restante do livro a responder à pergunta que decorre da concepção desenvolvida: o que deveríamos então fazer? (Unger 2020, p.177 e ss.). Como colocará mais adiante, procura tornar, neste esforço, seu pragmatismo desacorrentado, uma “ideologia operacional da democracia”. (Unger, 2020, p. 207).

No caminho de seu pensamento “programático”, da discussão das “alternativas”, no entanto, o autor enumerará o que considera adversários nas ciências sociais. Descreverá, por exemplo, como “racionalização”, o que seria a tendência prevalecente ciências sociais positivas, identificando-a com uma tendência que proclama que as práticas e instituições das sociedades contemporâneas foram vencedoras por sobrevivência em uma competição com alternativas fracassadas. Seus sucessos, nesse sentido, confirmariam, segundo essa ideologia, suas pretensas superioridades.

Em uma variação dessa tendência, que um dia já teve pendores revolucionários, haveria uma pressuposição particularmente inimiga da imaginação, que Unger chamará de “tese do fechamento”: a ideia de que há uma lista fechada, predeterminada de opções estruturais na história mundial, como os “modos de produção” de Marx (feudalismo, capitalismo, socialismo). Seu resultado prático seria “uma restrição radical no sentido em que a história é aberta” (Unger, 2020, p. 139).

Outra pressuposição dessa mesma variação é que cada uma dessas estruturas – por exemplo, os modos de produção feudal ou capitalista na teoria marxista – é um sistema indivisível. Suas diferentes partes ficam de pé ou caem juntas.¹⁰ Uma consequência prática é que a política passa a ser compreendida como um cenário de reformas contemporizadoras, movendo-se dentro dos limites do sistema indivisível ou de transformação revolucionária, substituindo um sistema por outro.

10 É possível pensar em uma série de exemplos e argumentos que ao menos matizem a posição de Unger em relação a diversos tipos de marxismo, mais inventivos do ponto de vista programático e mais abertos em relação às contingências históricas. Não obstante, embora criticável por certa generalização, o argumento de Unger parece ser útil para ao menos para discutir os limites de alguns “marxismos”.

Por fim, haveria dentro dessa tendência ainda a pressuposição da progressão com aparência de lei, uma irresistível lógica de transformação, que surge das tensões internas e contradições de cada forma de vida social institucionalizada. O pensamento programático, aí, por definição, não teria vez, uma vez que a história supriria o projeto (Unger, 2020, p. 140).

Ligadas a essas pressuposições, Unger também lançará mão de um termo bastante útil para pensar o alheamento da imaginação na teoria política contemporânea, que identifica com a “ideia espectral de possibilidade”. Isto é: a de que “o possível seria como que um fantasma à espreita do mundo e esperando por uma deixa para pisar no palco da realidade” (Unger, 2020, p. 117). Segundo Unger, aí resistiria um grilhão importante da imaginação no presente, disfarçado de discurso progressista.

Por mais que hoje as variações que recorram a estruturas profundas, como os diversos tipos de marxismo, estejam enfrentando problemas crescentes de legitimação, a principal linha de evolução da ciência social positiva, segundo Unger, não teria sido a de reabrir as possibilidades da imaginação, mas de naturalizar a ordem estabelecida contra a qual a teoria social clássica se rebelou. Na economia, por exemplo, se teria partido para o um porto seguro de “neutralidade” analítica, para uma identificação de um tipo particular de categorias do direito privado com suas próprias possibilidades e o alheamento em relação aos próprios contextos institucionais e ideológicos nos quais a economia opera (Unger, 2020, p. 141-142).

Ao lado da racionalização, teríamos, sobretudo no pensamento político normativo e na teoria jurídica o que Unger chama de “humanização”, isto é, a ideia de que não podemos mudar a sociedade e, se pudéssemos, a tentativa seria perigosa demais, conforme as aventuras do século XX demonstram.¹¹ Seria preciso então fazer o melhor de um mundo que não podemos reconstruir (Unger, 2020, p. 145).

Neste ponto, Unger tem em mente, por exemplo, teorias do direito na qual a justificação jurisprudencial em um sentido idealizador ou teorias da justiça que procuram rearticular princípios implícitos em nossas instituições com o fim de reformá-las.

Finalmente, para Unger, a racionalização nas ciências sociais positivas e humanização no discurso normativo político e jurídico são acompanhadas pelo escapismo nas humanidades, que evitariam confrontar-se com a estrutura prática da sociedade. Acabariam, em decorrência, evadindo-se da relação manifesta com a reconstrução da ordem social (Unger 2020, p. 150).

Os escapistas, segundo Unger, estariam imbuídos de um duplo erro, de não perceber em que medida um ordenamento de sociedade e cultura pode diferir na extensão em que alimenta nossos poderes e a crença de que nossos poderes transgressores e transcendentais que ajudam a definir nossa humanidade podem sobreviver e florescer em um duradouro exílio de rotina e repetição (Unger, 2020, p. 151).

Após sua reflexão sobre os grilhões da imaginação nas ciências sociais Unger voltará a abordar, sob diversos vieses, o tema da imaginação orientada para a prática. Neste ponto, do ponto de vista teórico, talvez uma das passagens mais interessantes seja aquela na qual redimensiona o “lugar” das práticas e instituições no que poderíamos chamar de nossas teorias:

Nossas práticas e instituições não são apenas peças de engenharia social pelas quais podemos implementar ideais antecedentemente definidos. Estão internamente relacionadas com nosso entendimento de nossos ideais e interesses. Cada ideal – social, político ou econômico – aponta para duas direções diferentes: para aspirações incipientes, mal definidas, transcendentais e para um cenário particular e contingente de arranjos que nós comumente damos por certos como a expressão daquele ideal. Quando experimentamos esta expressão institucional, seja de fato ou na imaginação, revelamos suas ambiguidades ocultas e o significado de suas múltiplas perspectivas de desenvolvimento através de diferentes séries de próximos passos viáveis. Controlar

11 Embora aqui Unger pareça ter em mente autores como John Rawls e Jürgen Habermas, é curioso que, comentando inclusive a obra de Unger, Richard Rorty tenha discorrido justamente sobre os supostos perigos das aventuras românticas como a de Unger, apesar de demonstrar alguma simpatia distante por sua empresa, contanto, ao que parece, que fosse implementada “em outro lugar” (Rorty, 1990).

este processo, para evitar que se torne um acidente que nos lance num método que podemos desdobrar, é parte da ambição do experimentalismo democrático. (Unger, 2020, p. 234).

Essa passagem, que mereceria um desdobramento não empreendido pelo próprio autor, pode ser explorada de muitas maneiras. Em primeiro lugar, para muitos dos “fanfarrões” do nosso tempo, Unger parece dizer: “Rodes é aqui, é aqui que você salta!”.¹² Trata-se de uma abordagem teórica que, calcada na imaginação institucional permite avaliar a radicalidade das teorias na medida das “entregas” promovidas pelas instituições concretas que lhe conferem materialidade.

Em segundo lugar, e de modo mais preciso, tanto ideais como suas expressões institucionais não seriam, segundo Unger, dados transparentes, acabados e nem operariam no vácuo, mas em contextos, condições e relações específicas, que se entremeariam e se relacionariam conforme seriam postos para “funcionar”, seja de fato ou na imaginação. Isso significa ter que lidar com as encruzilhadas, ambiguidades, limites e condições presentes dos próprios ideais.

Em terceiro lugar, fica aqui consignada, de uma certa maneira, um papel “negativo” da imaginação, que atuaria também como uma faculdade de “desestabilização da associação entre instituições e suas representações e justificações abstratas” (Amato, 2017, p. 140).

Essa terceira questão aponta tanto para uma “desconstrução”, no entanto, como para a imaginação de “próximos passos viáveis”, o que mostra que, no laboratório mental (Amato, 2017, p. 140) proposto por Unger, crítica e reconstrução fazem parte de um mesmo processo iterativo.

Por fim, ao que parece, Unger também está apontando para o fato de que o “teste”, mental ou prático das instituições permite ou deve levar ele mesmo à recriação, redescrição e o reposicionamento de ideais enquanto ideais, o que reconfiguraria, de fato a forma como estamos, ao menos, habituados a pensar a relação entre “teoria e prática”.

Como Unger coloca, transformar estes fatos em método, isto é, a interação entre práticas e ideais, suas relações internas com interesses, o direcionamento de suas ambiguidades e redescrição dos próprios ideais à luz das práticas, em um processo controlado, seria parte da ambição de seu experimentalismo democrático. Essa parece ser, de fato, como salientado anteriormente, um dos aspectos mais interessantes de seu pensamento.

4 Confrontando Unger: a crítica da imaginação como categoria política

O pensamento de Unger, e, de modo particular, para os intentos deste estudo, a centralidade que atribui à ideia de imaginação, nos termos que atribui, constitui um projeto cuja originalidade, ao menos por seu desvio das gramáticas dominantes, não pode ser subestimada. Ao mesmo tempo, é preciso confrontá-lo para que se possa analisar em que medida sua ideia de imaginação consiste, de fato, em uma ideia atraente e promissora enquanto categoria política.

Com esse propósito, ao percorrer as páginas de *O homem despertado*, creio que seja possível formular ao menos três críticas ou questionamentos centrais à ideia ungeriana de imaginação como categoria da política. Todas elas, em alguma medida, parecem decorrer de uma mesma constatação: o projeto filosófico de Unger é apresentado fundamentalmente como um projeto do indivíduo e sua mente infinita contra o mundo.

¹² A fábula *O Fanfarrão*, de Esopo, à qual Hegel faz referência na introdução à sua *Filosofia do Direito*, conta a história de um homem que vangloria de suas proezas atléticas. Diz o tal homem que, em uma cidade distante, chamada Rodes, executou um salto extraordinário. Um dos ouvintes, duvidando da veracidade do relato, sugere ao fanfarrão que prove suas habilidades saltando ali mesmo, afirmando: “Rodes é aqui, é aqui que você salta!”.

Seria possível, ao se percorrer outros tempos da obra do autor, afirmar tratar-se de uma questão de ênfase e, no entanto, mesmo a ênfase tem suas consequências, como a dose do remédio tem o condão de alterar seu efeito sobre o paciente. De todo o modo, o vaticínio final acerca desta questão em particular pode ser melhor conferido após a apresentação das questões mesmas e seus desdobramentos.

Assim, em primeiro lugar, ao visualizar o agente humano, como criador incansável em Unger, é válido perguntar, inaugurando a inquirição, o que separaria, afinal, a imaginação, enquanto categoria politicamente relevante, do delírio ou do devaneio individual. Em segundo lugar, é de se questionar ainda se, ao se passar da imaginação programática ao programa, sem mediações de movimentos, partidos e outras instituições, se não estaríamos diante de uma teoria de caráter voluntarista. Por fim, ainda que Unger pareça correto e, nesse sentido, seja imprescindível tornar central a imaginação programática, não parece faltar a esse programa uma teoria dos poderes e das relações de força contra os quais ele se organiza e, eventualmente, triunfa? Essas seriam, em síntese, às questões que coloco à ideia de imaginação em Unger.

4.1 Imaginação politicamente relevante x delírio individual

Como visto, a imaginação em Unger consiste em uma ferramenta poderosa. Gera combinações infinitas a partir de elementos finitos, tem o poder de criar sem estar presa a regras pré-determinadas, possui um poder unificador e pode sempre desafiar seus próprios limites. Em uma primeira leitura, ou em uma certa leitura, contudo, talvez não seja autoevidente para onde vá a imaginação e nem como “julgar” os exercícios imaginativos. De modo mais premente, não é autoevidente como distinguir a imaginação política consistente e útil a um projeto emancipatório do delírio particular ou da idiossincrasia de um indivíduo.

É preciso questionar, em primeiro lugar, se a teoria de Unger teria as ferramentas adequadas para lidar com este tipo de questionamento. Nesse sentido, creio que, dentro de sua gnoseologia, essa questão encontra-se, de fato, respondida.

Em primeiro lugar, sua própria definição de capacidade negativa, por exemplo, parece pressupor um trabalho que impõe certa disciplina à imaginação. Ela testa e nega, lida com material apreciável que são as pressuposições, as rotinas, as instituições, etc. E mesmo quando vamos além da justificação possível, segundo Unger, não prescindimos dela até onde podemos (Unger, 2020, p.164). Em outras palavras, Unger não advoga um irracionalismo, apesar de não aceitar limitar nosso pensamento, a nossa visão, àquilo que podemos justificar plenamente.

No campo da imaginação que pretende se desdobrar no mundo, Unger, inclusive, lança mão de uma metáfora, que chama de “metáfora da bengala do cego” para discutir os limites e as possibilidades da imaginação voltada para a solução de problemas:

Nossas conjeturas solucionadoras de problemas, na escala em que o pensamento é capaz de acompanhar a ação, só têm o resíduo pragmático da bengala do cego: nós a julgamos por seu uso quando nos permitem seguir em frente sem sermos derrubados. As resistências que encontramos podem sustentar conjeturas alternativas, e a superioridade de algumas dessas conjeturas sobre outras pode mudar à medida que redirecionamos nossos esforços. (Unger, 2020, p. 88).

Podemos, contudo, seguir o raciocínio do autor, reproduzir artificialmente as condições que nos permitem formar conjecturas confiáveis no mundo. Fazemos isso, segundo Unger, estendendo a bengala do cego também pelas ferramentas ou instrumentos do cientista. Além disso, fazemos isso também realizando testes que simulam a experiência do cego quando toca obstáculos com sua bengala ou encontra seu caminho aberto formulando hipóteses segundo sua experiência de resistência ou avanço” (Unger, 2020, p. 89).

Para o filósofo brasileiro, dessa maneira, o “traço característico da ciência experimental é combinar ferramentas e ideias de formas que nos permitam alargar o teatro do entendimento e da ação com que enfrentamos o mundo”. Um experimento seria justamente uma intervenção nas transmutações da natureza para descobrir como as coisas funcionam, verificando no que elas se transformam sob várias condições de pressão.

Casando experimento com especulação, nós nos colocamos “numa versão mais turva da circunstância do Criador”. Nós refazemos a natureza ou a imaginamos refeita” (Unger, 2020, p. 98-99).

Nesse sentido, se a teorização acerca da imaginação não é cercada de todas as precauções do mundo que impeçam sua degeneração em “delírio”, a disciplina da própria luta da mente e o recurso à ciência parecem recursos teóricos suficientes para afirmar ao menos a direção que Unger pretende dar ao seu argumento.¹³

Um possível componente “irracional” ou “devaneante” de seu pensamento, nesse sentido, pode ser atribuído mais ao “desejo de transcendência” e ao lugar devotado por Unger às “paixões” do que ao conceito de imaginação. Discutir em pormenores os problemas da antropologia do autor, contudo, fugiria ao escopo deste artigo.

Resta saber, no entanto, se é isso que Unger realmente faz ou ao menos tenta fazer ao propor suas intervenções programáticas. O que significaria submeter-se, por exemplo, ao crivo da ciência? Significa, por exemplo dialogar com a literatura especializada sobre determinado assunto?

Ainda que não fosse justo ou mesmo possível demandar um diálogo exaustivo para todas as áreas do conhecimento em que oferece provocações, não há em Unger, nem em “O homem despertado” e nem em outras intervenções programáticas, mesmo aquelas apresentadas como Ministro de Estado, uma preocupação mais séria ou um esforço genuíno em dialogar com a literatura existente sobre determinado tema.

O caráter pouco dialético de *O homem despertado*, aliás, foi salientado por críticos como Martin Stone (2007) e mesmo comentadores entusiastas como José Crisóstomo de Souza (2010). Nesse sentido, ao que parece, é preciso levar o pensamento de Unger, com as ferramentas por ele propostas, para além de Unger como opinador de questões programáticas específicas.

4.2 Imaginação e voluntarismo político

Seria injusto dizer que, em *O homem despertado* aquele que exerce a imaginação o faz sempre apenas por si mesmo. Na realidade, a obra é pródiga de referências a empreendimentos coletivos de imaginação política, como exemplificam o clamor de seu autor por regimes de cooperação experimentalista nas escolas e empresas (Unger, 2020, p. 208) e por um experimentalismo democrático no âmbito das instituições políticas (Unger, 2020, p. 221).

O que parece problemático, no entanto, é a ausência ou, ao menos, a incipiência, em Unger, de uma unidade de agência que promova a mediação entre o indivíduo “portador do infinito” e as instituições experimentalistas a serem construídas. Em outras palavras, a teoria de Unger parece oferecer pouco espaço ao papel de movimentos sociais e partidos políticos na formulação e organização da imaginação experimentalista.

Essa questão precisa ser melhor explicada. Afinal, como apontado acima, tanto em *O homem despertado*, como em obras anteriores, ao menos desde o seu *Necessidades Falsas* (Unger, 2004), é possível encontrar em Unger uma série de prescrições para o que seriam tanto partidos como uma “sociedade civil” renovada. Além disso, há em Unger uma preocupação sociológica com a ação coletiva para coesão social (Unger, 2023, p. 10).

13 Também não se pretende afirmar, é claro, que a ideia de imaginação deva ser reduzida, em Unger, como já dito, ao filtro da ciência ou da utilidade, uma vez que o viés da visão e mesmo do que chama de “profecias da arte” (Unger, 2020, p. 204) podem ter valor em si mesmas, ainda que não amplamente compartilhadas. Mas, neste ponto, estaríamos nos afastando em demasiado do escopo deste artigo.

A questão, no entanto, é precisamente essa. Partidos e movimentos aparecem muito mais em Unger como objetos de reforma a partir da mente do indivíduo do que veículos de construção conjunta, organização e luta política em prol de um programa imaginado. Como notou Rabat (2019, p. 454), os partidos aparecerão no pensamento de Unger, sobretudo o mais tardio,¹⁴ como instituições a serem transformadas por regras do jogo político-eleitoral. São, portanto, por assim dizer, objetos da imaginação, mas não sujeitos da imaginação ungeriana.

Seria possível questionar, por outro lado, se haveria motivos para reclamar um lugar para partidos ou movimentos sociais em uma teoria política que coloca a imaginação em primeiro plano. Não estariam essas próprias instituições em crise? Deveríamos prestar algum tipo de deferência a elas, afinal?

Uma razão básica para uma resposta afirmativa, que uniria tanto marxistas como o Lenin de “O que fazer?” (1977) quanto representantes do Unger chamaria de ciências sociais conservadoras, como John Aldrich (2011), é que a organização importa. Partidos e, em menor medida, movimentos, são soluções coletivas para a organização, coordenação e mobilização da imaginação programática. Além disso, são estruturas mais sólidas e coesas que um indivíduo ou um agrupamento ocasional de indivíduos, o que permite não apenas uma preparação superior para o enfrentamento político, mas também a duração do programa imaginado no tempo, para além da vida biográfica de um indivíduo.

Em segundo lugar, se levarmos a sério o próprio tema da contingência, tal qual reconhecido por Unger, partidos e movimentos são espaços de articulação e debate da imaginação programática. Espaços, portanto, de amadurecimento do programa a ser confrontado, não apenas por uma ou duas mentes, mas por milhares, em uma arena pública com convergências ideológicas pré-estabelecidas.¹⁵

Ademais, é preciso considerar que na política, assim como na economia e demais realidades institucionais, os processos verdadeiramente relevantes de inovação são coletivos e cumulativos (Mazzucato, 2020, p. 240), sendo improvável ou mesmo pobre a imagem de uma teoria política que articule a sua linguagem a partir de uma mente projetando sua imaginação programática sobre o mundo, sem mediações coletivas que sejam não apenas objeto ou produto do programa, mas também sujeitas deste programa.

Por fim, se assim como fizeram outros invertermos Clausewitz e reconhecemos a política como a continuação da guerra por outros meios, há que se reconhecer que não se pode prescindir dos atributos de uma organização forte e preparada para duros enfrentamentos em qualquer teoria política que tenha a pretensão de transformar o status quo.

Ao, pelo menos, deixar em segundo plano a questão da organização, Unger parece confiar demais na vontade, sendo sua teoria, nesse sentido, portanto, uma teoria voluntarista. Talvez isso não seja de todo o mal em um cenário no qual nos habituamos, inclusive sob uma égide “progressista”, a erigir limites imaginários àquilo que queremos ou podemos fazer. O risco de vermos autoproclamados pequenos napoleões e suas supostas imaginações transformadoras, ou Ricardos Terceiros com sinais trocados, querendo trocar cavalos por exércitos, por outro lado, não é trivial.

O curioso é que em textos da década de 70, escritos no contexto da redemocratização brasileira e publicados em *A Alternativa Transformadora: como democratizar o Brasil*, Unger parecia ter plena ciência de algumas das questões aqui levantadas, como sugere desde o título da seção que organiza o conjunto de textos dedicados às reflexões partidárias: *É Preciso Partido* (Unger, 1990).

Nestes textos, Unger afirmava, por exemplo, que a organização “é só o que pode acumular poder duradouro”, que era preciso “aglutinar forças nas cúpulas e bases” e, finalmente, e, de modo mais lapidar, que “sem organização popular e partidária, não há resistência eficaz contra as reações do privilégio” (Unger, 1990, p. 161-190).

14 Como logo se verá, no entanto, e como aponta o mesmo autor, há um “outro Unger”, a partir do qual uma outra visão acerca dos partidos políticos e seu lugar em uma teoria da política podem ser construídos. Agradeço a Márcio Rabat por essas observações.

15 O amadurecimento do programa não reclama necessariamente uma situação ideal de fala, um consenso sobreposto ou expedientes que Unger busca superar ou consideraria como parte da tendência humanizadora da teoria política normativa, mas simplesmente uma instituição de trabalho conjunto, de conflito e cooperação, tão concreta quanto aquela que o próprio autor advoga para escolas, empresas e instituições políticas mais amplas.

É verdade que, mesmo aqui, não se vê em Unger, a não ser em uma própria aposta na democracia partidária, a ideia de uma construção programática conjunta, ou uma imaginação coletiva. Mas sua aposta muito mais sólida na mobilização e na organização tornavam a própria centralidade que atribui à imaginação algo mais próximo de um ideal coletivo. Alguma coisa, no entanto, parece ter se perdido pelo caminho. Poderia ser retomada por uma leitura não celebratória da obra do autor?

4.3 Imaginação x poder: em que mundo vive Mangabeira Unger?

Como visto ao longo deste artigo, o projeto de Unger em *O homem despertado* envolve a construção de uma sociedade que encurte a distância entre transformar o contexto e se mover dentro dele. Isso significa, como também visto, uma sociedade que não dependa de crises para promover sua revisão contínua, a transformação de suas bases. Levantando a questão iniciada na seção anterior, no entanto, que forças atuariam em sentido contrário ao da construção desse tipo de sociedade?

Essa questão parece ser relevante e, ao mesmo tempo, pouco considerada ao longo das páginas do livro em questão, que fala, por exemplo, da reorganização do jogo político e do mercado, minimizando, por exemplo a resistência dos potenciais perdedores neste processo. Em outras palavras, qual seria a resistência de quem, hoje, detém o poder?

Mais uma vez, é possível que essa seja considerada apenas uma questão de ênfase. Afinal, Unger, de um modo geral, parece saber muito bem as condições que as transformações sociais ou, ao menos, que muitas das transformações sociais progressistas precisaram enfrentar para se viabilizar na história recente. Em *O que a esquerda deve propor?*, por exemplo, ao criticar a “Suécia” idealizada pelos políticos brasileiros e sua obsessão pelo “social” diluído de conflitos, Unger chama a atenção para o fato de que décadas de luta pela democratização do poder e das oportunidades foram necessárias para se chegar a um equilíbrio entre Estado social e plutocracia na “Suécia real” (Unger, 2023, p. 12).

Na mesma obra, no entanto, ao discutir a relação entre “classes” e “projetos”, ou melhor, classes, interesses e projetos, Unger diz que:

A questão – quais são meus interesses enquanto membro dessa classe ou dessa nação – é inseparável de outra: em que direções diferentes esse mundo poderia ser alterado – e como minha identidade e meus interesses mudariam em cada um desses mundos modificados? A ideia de que interesses de grupo possuem conteúdo direto e objetivo não é mais que uma ilusão, cujo apelo depende da contenção ou interrupção do conflito prático e visionário. (Unger, 2023, p. 43).

Da forma como compreendo estas afirmações, o pragmatismo de Unger, neste ponto, implica afirmar, de início, uma contingência radical dos interesses de classe e seus papéis em um projeto transformador. Seguindo o raciocínio do autor, uma boa abertura em relação à objetividade expressa no Marx da Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, por exemplo, é não apenas desejável, do ponto de vista teórico, como imperiosa, do ponto de vista prático.

Partindo para alguns experimentos mentais a respeito, é possível dizer que a agenda política progressista imediata de muitas políticas de desenvolvimento econômico e social, por exemplo, não raro esbarra, de fato, em conservadorismos corporativistas nas universidades, escolas e outros espaços, geralmente corporificada como “trotskismo” sindical antirreformista ou movimentos contrários a quaisquer programas para além de seus dogmas corporativos, mesmo que sob algum verniz “revolucionário”. Além disso, a história é pródiga de experiências de governos de esquerda que mostraram imaginação e vocação pífia para produzir transformações sociais concretas.

No outro extremo, não são raras as possibilidades de se contar, eventualmente, com alianças táticas para se fomentar, aproveitar e direcionar interesses e investimentos de setores do grande empresariado para a promoção do progresso prático das sociedades.

Exemplos como esses, facilmente verificáveis, embora possivelmente anedóticos, dariam certa razão a Unger. Mesmo assim, essa seria apenas uma pequena parte da história. Isso porque, dentre outras possibilidades, os próprios termos e atores que esses exemplos implicam seriam, eles próprios, também contingentes segundo a passagem acima destacada.

Não estaríamos aqui, no entanto, nos aproximando perigosamente, do que Susan Marks denuncia, inclusive em Unger (Marks, 2009), como “falsa contingência”? Isto é, tomar por acidentais e aleatórios dados estruturais e sistêmicos, subjacentes a determinada sociedade, cujos marcadores são bem menos fortuitos?

Mais uma vez, não parece ser o caso. Recorrendo à obra mais ampla de Unger, notadamente ao seu *Necessidades Falsas*, é possível localizar que Unger recorre, de fato, contra as ideias de “estrutura” ou “sistema”, a uma ideia de uma moldura localizável, mais ou menos entrincheirada, que, como visto anteriormente, Unger chama de “contexto formador”.

Ocorre que, ao discorrer sobre os contextos, Unger chega mesmo a falar de “fontes de necessidades de segunda ordem dos contextos formadores”, sugerindo formações mais entrincheiradas e que, por isso mesmo, apareceriam como “necessárias” aos sujeitos, como a consolidação de maneiras de organizar a atividade econômica e a consolidação de crenças sobre identidades coletivas, interesses de grupo e a correspondência entre os privilégios desses grupos e seus acessos relativos ao poder (Unger, 2004, p. 254-255).

Unger, portanto, possui uma teoria social mais sofisticada do que sugerir uma contingência radical no sentido criticado por Marks, possuindo, no entanto, uma visão mais maleável acerca dos constrangimentos sociais que se imporiam sobre os indivíduos. É nesse sentido e apenas nesse sentido que sua teoria social seria “antinecessária”. Ao mesmo tempo, estaria longe de não reconhecer “formações sociais” que organizam as sociedades, atravessam as subjetividades e pressupõem um acesso ou exercício ao menos relativo do poder.

Nesse ponto, no entanto, mais uma vez pode-se acusar Unger de ficar aquém de Unger. Isso porque, embora sua teoria social dê conta de “formações sociais” mais entrincheiradas, inclusive no que diz respeito a formas de organizar a economia, interesses, identidades e, portanto, o poder, Unger não parece levar sua própria formulação suficientemente a sério ao afirmar, de maneira lapidar, que “a ideia de que interesses de grupo possuem conteúdo direto e objetivo não é mais que uma ilusão” (Unger, 2023, p. 43).

Unger parece confundir, ou ao menos negligenciar a diferença, em algum nível, entre ontologia e eficácia social. Isto é, afirmar que não existem interesses (ou identidades) de grupo com conteúdo direto e objetivo, é uma afirmação que diz respeito à “existência” desses grupos. No entanto, é possível rejeitar noções transcendentais, estáticas ou dogmáticas de classe, por exemplo, e ainda assim, seguindo inclusive a teoria social de Unger, defender a eficácia social de determinadas formações entrincheiradas em determinado momento histórico. É esse elemento que Unger parece negligenciar.

Essa negligência parece ter ao menos duas consequências na obra do autor. O primeiro é que, ao invés de apostar em análises de conjuntura que tentem englobar, em teorizações precárias ou de curto alcance, a relação entre forças sociais contingentes e suas eficácias sobre os sujeitos e suas relações, Unger parece muito mais, quando fala de conjuntura, hipostasiar o progressismo de uma única classe, talvez porque ela seja, em sua concepção, o bastião da “vitalidade” que remonta à sua antropologia.

Assim, a “nova classe trabalhadora não assalariada” (Unger, 2023), cujo o padrão almejado de prosperidade e de vida seria universal (Unger, 2009, p. 218), aparecem como uma espécie de substituto pequeno burguês ao proletariado. Apesar de sua abordagem oferecer insights valiosíssimos sobre o Brasil contemporâneo e outras sociedades, a questão é que Unger parece tomar a configuração atual dessa suposta classe como um dado, traindo a contingência, as possibilidades críticas da própria estrutura de classes que enseja esse dado e própria imaginação das formas de organização produtiva alternativas que possivelmente se saiam melhor de um ponto de vista comparativo.

De maneira prática, Unger parece muito mais querer “atender a anseios” que toma como dados do que discutir minimamente a maneira como foram entrincheirados, para usar sua própria linguagem. Do ponto de vista político, uma consequência possível, embora não necessária, é se prostrar inclusive às ideologias que atravessam a própria constituição e o autoentendimento dessa classe tal como se encontra hoje.

Isso pode significar, por exemplo, negligenciar, em nome do “atendimento dos anseios” da nova classe redentora conservadorismos religiosos, valores antidemocráticos, estimular atividades econômicas de baixa produtividade, escalabilidade e sustentabilidade e estéticas e visões de mundo neoliberais. Do ponto de vista da adesão política, flertar perigosamente com movimentos pouco voltados para transformação efetiva da realidade, apenas por “dialogarem” melhor com o sofrimento e os anseios dessa mesma classe hoje.

Aqui, mais uma vez, parece “falar” um ponto potencialmente mal resolvido da teoria de Unger. Em nome da “vitalidade” ou da necessidade de “chacoalhar as estruturas” provocações estéticas e arroubos apaixonados parecem superar, em certos contextos, análises mais estratégicas acerca da conjuntura, que levem em consideração o conjunto das posições em jogo e as consequências dos movimentos políticos. Nesse sentido, não apenas a ausência de uma teoria da organização, mas também a “teoria dos sentimentos morais”, latente em Unger, quiçá, seu romantismo, parecem conduzir mais uma vez sua teoria a uma espécie de voluntarismo.

A segunda consequência possível, embora não necessária, da negligência da eficácia social dos contextos entrincheirados, que, repita-se, poderia ser apoiado pela própria teoria social antinecessária de Unger, parece consistir em uma crença ingênua de que todos aqueles de boa vontade poderiam aderir ao seu programa, inclusive os “donos do poder”.

Isso não significa que programas políticos, principalmente aqueles de curto e médio prazos, não devam buscar coalizões políticas as mais amplas possíveis, mas que Unger escreve, muitas vezes, como se seu sistema de reconstrução radical não criasse perdedores (Anderson, 2002, p. 193). Um exemplo parece ser a crença de que políticos conservadores e neoliberais possam de alguma maneira, contra suas próprias identidades entrincheiradas e interesses efetivos apoiar uma espécie de “capitalismo popular”.

Mais uma vez, a imagem dos “pequenos napoleões”, dessa vez percorrendo candidaturas de todo o espectro político em busca do oferecimento de soluções para os problemas do país vem à mente. E aquilo que, de início, poderia ser um bloco coeso de imaginação programática, dilui-se em pequenos grupos de opinadores desorientados. Por mais que argumentem suas razões contra a desorientação programática da política atual, as suas próprias não passarão despercebidas.

A questão é que, entre a objetividade ilusória que critica, talvez com certa razão, e a desconsideração da eficácia das formações sociais sobre a organização das classes e subjetividades e, portanto, do poder, Unger recai em um novo tipo de voluntarismo, que cria em sua teoria uma contradição insolúvel entre enfrentar os conflitos necessários para as transformações sociais possíveis e recair em uma espécie de “espelho dos príncipes” que a todos interessaria.

Retomando e levando a sério a própria eficácia social das necessidades de segunda ordem dos contextos formadores que Unger expõe em *Necessidades Falsas*, no entanto, é possível reconstruir e projetar a imaginação programática em um cenário menos ingênuo de luta política. E o vocabulário e os insights oferecidos por Unger podem ser de grande valia.

5 Reflexões finais

Ao longo deste artigo, investiguei a centralidade da ideia de imaginação na obra de Roberto Mangabeira Unger, sobretudo em *O homem despertado*. Ao penetrar nas faculdades que permitem aos seres humanos transcender seus contextos, Unger teve o mérito inegável de conferir uma inusual centralidade a essa categoria enquanto categoria política, colocando-a em um lugar de destaque em seu projeto teórico.

Como visto, e em consonância com boa parte da tradição filosófica, a imaginação em Unger consistirá na união entre o caráter criativo e totalizante da mente. No projeto do teórico brasileiro, no entanto, esta faculdade estará colocada, sobretudo à serviço das tarefas práticas da humanidade. Participará, enquanto ferramenta metodológica, do nosso próprio processo e entendimento das coisas e estará presente na forma como transformamos nossas sociedades, experimentando novos futuros. Nesse sentido, em Unger, a imaginação será, sobretudo, “imaginação institucional”.

Trata-se de uma concepção não apenas instigante e atraente, como também importante para o tempo presente, sobretudo por ressaltar a centralidade do pensamento programático, isto é, a discussão concreta de propostas práticas, o que, apesar de parecer um truismo, pode não ser o mais comum na teoria política.

A este respeito, conforme discutido, um dos momentos mais interessantes do projeto de Unger, embora, talvez, ainda carente de certo desenvolvimento, é a relação interna proposta pelo autor entre ideais e instituições, estando os primeiros, no bojo de sua teoria, ligados às suas corporificações institucionais, à experiência e discussão acerca de suas ambiguidades, imperfeições e contingências práticas, em um processo contínuo de revisão à luz do que efetivamente deles se pôde extrair enquanto instituições.

Tudo isso considerado, é possível dizer, à maneira de Rorty, que Unger nos oferece, por meio da centralidade da ideia de imaginação, uma poderosa redescrição da nossa forma de teorizar ou mesmo fazer política, oferecendo-nos uma visão que pede que olhemos sobretudo para a discussão programática, para a imaginação das alternativas.

Diante dessa conclusão, pode parecer injusto que duas das três críticas formuladas e justamente as duas nas quais concluí que as respostas de Unger são insuficientes, sejam críticas externas à sua teorização, ou seja, críticas sobre aquilo que o autor não faz ou não diz. Em primeiro lugar, porque não é preciso que faça e, em segundo lugar, porque talvez não tenha se proposto a fazer. O que teria a dizer em minha própria defesa?

Como dito, creio que Unger se saia suficientemente bem à crítica do “delírio”, embora acredite que Unger pudesse aplicar melhor às suas intervenções programáticas os próprios parâmetros que defende. Mas é justamente por acreditar na força das palavras, das imagens, da visão e da “redescrição” como forma de explorar novas maneiras de pensar e agir que vejo que as críticas da organização e do poder, apesar de “externas”, constituem sérios limites à ideia de imaginação em Unger, quando considerarmos tratar-se de uma teoria política.

Em síntese, o projeto imaginado que não é, senão construído, ao menos amadurecido, conduzido, propagado e implementado por uma organização coesa, profissional, bem preparada, está sujeita não apenas à inefetividade quanto ao voluntarismo e à idiosincrasia pessoal.

De maneira similar, quando não deixamos claro, ainda que de maneira contingente, ou, para utilizar uma linguagem mais antiga, de maneira “tática”, nossa compreensão do “poder” em determinado momento histórico, nossas escolhas imaginativas, nossos movimentos políticos e nossos possíveis adjacentes correm não apenas o risco de se tornarem passos em falso, mas também de serem malcompreendidos. E a má-compreensão também cria realidades na política, para todos aqueles que acreditam minimamente na força instituinte da imaginação.

Em outras palavras, em primeiro lugar, o voluntarismo político consiste, ao mesmo tempo, em um limite interno à imaginação e também um déficit de consistência no espaço e no tempo, apequenando não apenas o conteúdo da imaginação, mas também sua forma, o que parece justamente o contrário de uma política do engrandecimento. Corremos o risco de trocar a promessa de um Príncipe moderno pela de pequenos napoleões de imaginações inflacionadas.

Em um segundo passo, ao compreenderem mal seu lugar no tabuleiro da política, pela falta de uma teoria do poder ou da ação política, esses pequenos napoleões podem mesmo servir a senhores estranhos, em nome das “inovações institucionais” ou “transformações” pontuais.

Na atual conjuntura, no entanto, privar os indivíduos e seus pequenos e precários agrupamentos de agir politicamente em nome de um ideal normativo certamente combatido pela experiência histórica, o dos grandes partidos e organizações, pode não parecer tão atraente. Invocar os constrangimentos do poder a quem clama por transcender amarras, inclusive ideológicas, também parecerá suspeito.

No entanto, se as razões apresentadas ao longo dessas páginas tiverem alguma consistência, há motivos suficientes para se clamar ao menos por um equilíbrio entre organização e vontade e entre contingência e uma espécie de análise conjuntural das relações de poder. O certo é que a imaginação, enquanto categoria política parece merecer bem mais do que flutuar ao vento do romance individual ou da mendicância programática a todo espectro político e classes sociais. Ela merece um impulso consistente e uma encarnação localizada. Unger forneceu elementos interessantes, mas insuficientes e mesmo contraditórios nessa direção.

6 Referências bibliográficas

- ALDRICH, John. *Why Parties?: A Second Look*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.
- ALMEIDA, Philippe O. de. *Crítica da Razão Antiutópica*. São Paulo: Edições Loyola, 2016.
- AMATO, Lucas Fucci. *Construtivismo Jurídico: teoria no direito*. Curitiba: Juruá, 2017.
- ANDERSON, Perry. *Afinidades Seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ARAÚJO, Tiago Medeiros. *Pragmatismo Romântico e Democracia: Roberto Mangabeira Unger e Richard Rorty*. Salvador: Edufba, 2016.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. Lisboa: Editorial Avante, 1977.
- MARKS, Susan. False Contingency. *Current Legal Problems*, v. 62, Issue 1, 2009.
- MAZZUCATO, Mariana. *O valor de tudo: Produção e apropriação na economia global*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2020.
- RABAT, Márcio. A questão partidária de Guerreiro Ramos a Mangabeira Unger: uma tradição? In: TEIXEIRA, Carlos Sávio (org.). *Rebeldia Imaginada: instituições e alternativas no pensamento de Roberto Mangabeira Unger*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- RORTY, Richard. Unger, Castoriadis and the romance of a national future. In: LOVIN, Robin W.; PERRY, Michael (orgs.). *Critique and Construction: A Symposium on Roberto Unger's "Politics"*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990. Disponível em https://www.robertounger.com/_files/ugd/5e60f9_69cbe12b-186248d7aca1ec917d6fd480.pdf, acesso em 19 de junho de 2024.
- SCHWARTZ, Avshalom M. Political Imagination and its limits. *Synthese*, v. 199, 2021.
- SMOLIN, Lee. No eternal truths, just divine advancements: review of *The Self-Awakened* by Roberto Mangabeira Unger. *Times Higher Education Supplement*, 2007.
- SOUZA, José Crisóstomo de. Unger, Pragmatismo Romântico e Democracia Radical. *Revista Ideação*, v. 1, n. 23, 2010. Disponível em <http://www.jcrisostomodesouza.ufba.br/unger.html>, acesso em 21 de maio de 2024.
- STONE, Martin. *The Self Awakened: Pragmatism Unbound* (review). *Notre Dame Philosophical Reviews*, 2007.
- TEIXEIRA, Carlos Sávio. *A Esquerda Experimentalista: análise da teoria política de Unger*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

UNGER, Roberto Mangabeira. *A Alternativa Transformadora: como democratizar o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1990.

UNGER, Roberto Mangabeira. *A Religião do Futuro*. São Paulo: LeYa Brasil, 2024.

UNGER, Roberto Mangabeira. *False Necessity: Anti-necessitarian social theory in the service of radical democracy*. New York: Verso, 2004.

UNGER, Roberto Mangabeira. *Knowledge and Politics*. New York: Free Press, 1984.

UNGER, Roberto Mangabeira. *O Direito e o Futuro da Democracia*. São Paulo: Boitempo: 2004b.

UNGER, Roberto Mangabeira. *O Homem Despertado: imaginação e esperança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

UNGER, Roberto Mangabeira. *O Movimento de Estudos Críticos do Direito: outro tempo, tarefa maior*. Belo Horizonte: Letramento; Casa do Direito, 2017.

UNGER, Roberto Mangabeira. *O Que a Esquerda Deve Propor*. São Paulo: LeYa Brasil, 2023.

UNGER, Roberto Mangabeira. Social theory between domesticated and radicalized pragmatism. *Science in Context*, v. 10, n. 1, 1997.

UNGER, Roberto Mangabeira. *The Self Awakened: pragmatism unbound*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

WEST, Cornel. *The American Evasion of Philosophy: A Genealogy of Pragmatism*. Madison: University of Wisconsin Press, 1989.



COGNITIO

Revista de Filosofia
Centro de Estudos de Pragmatismo

São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-19, jan.-dez. 2025
e-ISSN: 2316-5278

 <https://doi.org/10.23925/2316-5278.2025v26i1:e68804>